



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

TERMO DE REFERÊNCIA**1 - DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, a serem realizados em veículos pertencentes à frota oficial da Seção Judiciária de Roraima, conforme discriminados no Anexo I deste documento.

2- DA JUSTIFICATIVA

Os serviços objeto deste Termo de Referência são necessários para o atendimento de eventuais demandas pertinentes aos veículos oficiais da Seção Judiciária de Roraima, no que diz respeito à ocorrência de danos e/ou de sinistros nos mesmos, necessitando, portanto, de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o fito de manter sempre o bom funcionamento e a conservação dos veículos oficiais desta Seção Judiciária.

A empresa a ser contratada deverá ter sede e/ou estabelecimento dentro do perímetro urbano do município de Boa Vista (RR), levando-se em consideração a viabilidade de execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos pertencentes à Seção Judiciária de Roraima.

Considerando a relação *Custo X Benefício*, advinda da presente contratação, a empresa contratada para prestar serviços de manutenção nos veículos oficiais desta Seção Judiciária não poderá estar localizada a uma distância superior a 07 (sete) km (quilômetros) do Edifício-Sede da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária de Roraima;

3- DA LICITAÇÃO

Haja vista que se trata de Registro de Preços, o procedimento licitatório estabelecido pelas normas vigentes é o Pregão Eletrônico.

4- DA FORMAÇÃO DOS PREÇOS

Para a formação dos preços médios dos serviços que balizarão o certame, será realizada pesquisa de mercado pela SELIT, considerando a como unidade de medida a "hora/homem" de serviço.

5 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO - SERVIÇO

Item	Quantidade de horas	Unidade	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	55	Hora/homem	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos oficiais da Seção Judiciária de Roraima		

6 – DA FORMALIZAÇÃO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

A Seção Judiciária de Roraima, poderá celebrar Termo de Contrato ou substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, decorrentes da Ata de Registro de Preços, em conformidade com os normativos vigentes.

A vigência do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços deverá ser de 12 (doze) meses.

7 – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta de recursos específicos e observarão os limites legais e orçamentários.

8 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, o representante da Seção Judiciária de Roraima será o Supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte (SEVIT), a quem caberá o gerenciamento do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

- a. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, quando da execução dos serviços de manutenção dos veículos oficiais;
- b. Proporcionar todas as facilidades necessárias para que a Contratada possa cumprir a contento as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- c. Comunicar à Contratada acerca de quaisquer irregularidades eventualmente verificadas no funcionamento dos veículos oficiais, a fim de que sejam sanadas;
- d. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do estabelecido neste Termo de Referência.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a. Utilizar somente instrumentos e ferramentas recomendadas pelos fabricantes dos veículos oficiais, conforme as normas estabelecidas pelas montadoras dos veículos;
- b. Assumir total e irrestrita responsabilidade sobre os veículos oficiais da Seção Judiciária de Roraima, enquanto estes permanecerem em suas oficinas/estabelecimentos, para fins da realização de manutenções preventivas e/ou corretivas;
- c. Ser responsável pelos danos causados, direta e/ou indiretamente, à Seção Judiciária de Roraima e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços contratados, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte desta Seção Judiciária;
- d. Reparar, corrigir e/ou substituir, às suas expensas, as peças dos veículos oficiais desta Seção Judiciária que apresentarem vícios, defeitos e/ou incorreções resultantes da execução dos serviços de manutenção contratados;
- e. Ser responsável por todos os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações sociais previstas nas legislações vigentes, tendo em vista que os seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com a Seção Judiciária de Roraima;
- f. Ser responsável por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva realizados nos veículos oficiais da Seção Judiciária de Roraima;
- g. Fornecer garantia de, no mínimo, 90 (noventa) dias para os serviços de manutenção realizados nos veículos oficiais da Seção Judiciária de Roraima;
- h. Sempre que solicitado pela Seção Judiciária de Roraima, a Contratada deverá elaborar relatório circunstanciado acerca dos procedimentos adotados quando da realização das manutenções preventivas e/ou corretivas realizadas nos veículos oficiais da Seção Judiciária de Roraima;
- i. A Contratada deverá manter, durante todo o período de vigência do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e de qualificação exigidas no certame licitatório;
- j. A Contratada deverá sujeitar-se à fiscalização da Seção Judiciária de Roraima, no cumprimento do objeto deste Termo de Referência.

11 - DOS PRAZOS DE INÍCIO E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

11.1 - **O prazo para início dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva nos veículos oficiais** deverá ser de, no máximo, **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da respectiva Requisição (Ordem de Serviço Externo) e/ou do recebimento de mensagem eletrônica (e-mail), enviados pela Seção Judiciária de Roraima à Contratada;

11.2 – **O prazo de execução/duração dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva nos veículos oficiais** deverá ser de, no máximo, **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento do (s) veículo (s) oficial (is) pela Contratada. Caso a Contratada necessite de um prazo mais extenso para a execução dos serviços acima mencionados, aquela deverá solicitar uma prorrogação de prazo à Seção Judiciária de Roraima, fundamentando o seu pedido. Tal solicitação deve ser encaminhada a esta Seção Judiciária de forma tempestiva, ou seja, dentro do prazo inicialmente estabelecido à Contratada. Neste caso, a Seção Judiciária de Roraima decidirá acerca do solicitado pela Contratada.

12 – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

12.1 - A manutenção dos veículos oficiais deverá ser de natureza preventiva e corretiva, entendendo-se por:

12.1.1 – **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** – Diz respeito à execução de serviços obrigatórios de revisões estimadas nos manuais dos veículos, levando-se em consideração a quilometragem percorrida pelos mesmos, para fins de prevenção de eventuais quebras, defeitos e/ou danos, mantendo-os sempre em perfeito estado de uso e conservação, incluindo-se neste tipo de manutenção as trocas autorizadas de peças automotivas que se fizerem necessárias ao bom funcionamento dos veículos oficiais.

12.1.2 – **MANUTENÇÃO CORRETIVA** – Se destina a colocar os veículos oficiais em perfeito estado de uso, mediante a substituição autorizada de peças automotivas que apresentarem danos e/ou defeitos, assim como a execução de regulagens, ajustes mecânicos, ajustes elétricos e o que mais seja necessário ao pronto restabelecimento das boas condições de funcionamento dos veículos oficiais.

12.2 – Os serviços de manutenção a serem executados em oficina/estabelecimento da Contratada são:

- a. Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de direção, suspensão, transmissão, frenagem e de eletricidade dos veículos;
- b. Alinhamento e balanceamento de rodas dos veículos;
- c. Substituições de peças automotivas gastas, quebradas e/ou defeituosas, ocasionadas pela utilização dos veículos;
- d. Retífica de motores dos veículos;
- e. Revisão, recarga (total ou parcial) e reparação dos sistemas de ar-condicionado dos veículos;
- f. Reparação de câmbio e de diferencial dos veículos;

- g. Serviços de borracharia (reparo, calibragem e rodízio de pneus dos veículos); e
- h. Serviços de lanternagem e pintura.

13 - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

13.1 - Os serviços de manutenção objeto deste Termo de Referência deverão ser executados em oficinas/estabelecimentos da empresa contratada, preferencialmente, em dias e horários de expediente normal, exceto quando for imprescindível a realização de tais serviços em dias e/ou em horários diversos dos de expediente normal. Neste caso, a Seção Judiciária de Roraima decidirá acerca de solicitação feita pela Contratada neste sentido.

14 - DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 - Não será admitida a subcontratação, salvo mediante prévia e expressa autorização da Seção Judiciária de Roraima.

15 – DO PAGAMENTO

15.1 - O valor de cobrança pela execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva será o resultado da multiplicação da quantidade de horas/homem de serviço (tempo de mão-de-obra despendido para a executar os serviços - Anexo II), pelo valor unitário da hora de serviço contratual, registrado em ARP.

15.2 - O tempo despendido em cada serviço executado, **deve estar de conformidade com o tempo padronizado para cada tipo de serviço/tipo de veículo com tempos padrões descrito no Anexo II. Caso o veículo e/ou serviço demandado não conste no Anexo II (tabela tempária), será adotado o tempo de referência praticado pela concessionária autorizada do fabricante do veículo em questão.**

15.3 A(s) quantidade(s) de tempo (hora) dos serviços relacionados no Anexo II, é um número em escala decimal e deve(m) ser(em) multiplicado(s) pelo valor da hora de serviço/homem contratado.

15.4 - Os valores devidos pela Seção Judiciária de Roraima serão pagos mediante crédito em conta-corrente da Contratada, após a apresentação da respectiva nota fiscal e documentação pertinente, constando os dados bancários da Contratada, como nome do banco, número da agência, número da conta-corrente, além dos demais dados necessários à efetivação de tal procedimento;

15.5 - Caso a Contratada não seja inscrita no Simples Nacional ou não apresente a respectiva declaração de inscrição, serão retidos os tributos federais pertinentes no ato de pagamento da nota fiscal;

15.6 – A Seção Judiciária de Roraima poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a retenções cautelares, multas e/ou indenizações eventualmente devidas pela Contratada.

16– DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 16.1 - Certidão Negativa relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 16.2 – Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- 16.3 - Certidão Negativa de Tributos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF);
- 16.4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

17 - DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

17.1 - A Contratada, nos casos de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, ou de inexecução parcial ou total da obrigação, ficará sujeita, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

17.2 - A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

17.3 -As penalidades previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 17.1 poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa prevista na alínea “b” do mesmo item.

17.4 -As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” acima também poderão ser aplicadas à Contratada, caso esta tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

17.5 - Caso a empresa vencedora se recuse a anexar proposta de preços nos termos do Edital, a assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato no prazo indicado, ou ainda a dar o recebimento no empenho, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação. Em consequência, ser-lhe-á aplicada a multa prevista na alínea “b” do item 17.1, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor de sua proposta, podendo ser cumulada com a pena prevista na alínea “c” do mesmo item.

17.6 - O atraso injustificado na entrega/execução do objeto desta contratação ou qualquer outra infração contratual sujeitará a Contratada à multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** por dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato ou sobre a parte não entregue/executada, até o limite de 30 (trinta) dias

corridos.

17.6.1 - Após esse prazo, será reconhecida a recusa do fornecedor, podendo a Administração considerar rescindido o contrato e aplicar a multa prevista no item 17.8 deste instrumento, sem prejuízo de outras penalidades previstas no item 17.1.

17.7 - Nas hipóteses em que não esteja fixado previamente o termo inicial ou final para o cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese em que esta estará sujeita à sanção prevista no subitem 17.6.

17.8 - A inexecução parcial ou total deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, sem prejuízo de outras penalidades previstas no item 17.1.

17.9 - A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

17.9.1 - A solicitação de prorrogação, contendo um novo prazo para a execução do objeto do Contrato, deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

17.9.2 - O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta nesta cláusula será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

17.9.3 - Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para o seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 17.6.

17.10 - Os valores das multas poderão ser deduzidos dos créditos porventura existentes em favor da Contratada. No caso de inexistência de créditos, os valores das multas devidas à Contratante deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional, por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação para recolhimento ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (art. 86 da Lei nº 8.666/1993).

17.11 - A aplicação das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e ensejarão o seu registro no SICAF.

17.12 - Caberá recurso em relação a ato que aplicar quaisquer das penalidades previstas neste instrumento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

Caso a Justiça Federal - Seção Judiciária de Roraima venha a adquirir novos veículos durante a vigência do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços, estes veículos serão, automaticamente, inclusos no anexo I, ficando, portanto, cobertos pelo objeto do presente Termo de Referência e será aplicada a tabela temporária do fabricante utilizada na concessionária local.

É parte integrante deste Termo de Referência os Anexos I e II.

Boa Vista/RR, 03 de abril de 2020.

Benedito de Araújo Sales
Agente de Segurança

ANEXO I - Descrição dos veículos oficiais

MARCA/MODELO	ANO MODELO/FABRICAÇÃO		PLACAS	COR	COMBUSTÍVEL
Renault MASTER 2.5 VAN 16L DCI	2007	2007	NAX 2840	Branca	Diesel
Renault LOGAN Expression 1.6. 8V	2012	2013	NBA 1659	Branca	Alcool/Gasolina
Renault LOGAN Expression 1.6. 8V	2012	2013	NBA 1669	Branca	Alcool/Gasolina
Renault LOGAN Expression 1.6. 8V	2012	2013	NBA 2692	Branca	Alcool/Gasolina
Renault FLUENCE Dynamique 2.0 16V	2012	2013	NBA 2682	Preta	Alcool/Gasolina
Nissan FRONTIER XE 4x4 MT	2013	2013	NBA 3983	Branca	Diesel

ANEXO II - Tabela com a descrição dos serviços e tempo de execução em hora (ver item 15.3).

Item	Descrição dos serviços	Renault Fluence	Renault Logan	Renault Master	Nissan Frontier
1	ALAVANCA DE MARCHAS - REVISÃO GERAL	1,5	1,5	1,5	1,5
2	ALTERNADOR - REVISÃO	3	3	3	3
3	ALTERNADOR - SUBSTITUIR	1	1	2	2
4	AMORTECEDOR DIANTEIRO - SUBSTITUIR (CADA)	1,2	1,2	1,2	1,2
5	AMORTECEDOR TRASEIRO - SUBSTITUIR (CADA)	1	1	1	1
6	ARREFECIMENTO - LIMPEZA DO SISTEMA	2	2	2	2
7	BANDEJA DIANTEIRA INFERIOR - SUBSTITUIR BUCHAS	1	1	1	1,5
8	BANDEJA DIANTEIRA SUPERIOR - SUBSTITUIR BUCHAS	1	1	1	1,5
9	BANDEJA TRASEIRA - SUBSTITUIR BUCHAS	1	1	1	1,5

10	BARRA CENTRAL - SUBSTITUIR BUCHAS	1,5	1,5	1,5	1,5
11	BICOS INJETORES - REMOÇÃO E LIMPEZA (TODOS)	2	2	2	2
12	BIELETAS - SUBSTITUIR (CADA)	0,5	0,5	0,5	0,5
13	BOBINA DE IGNIÇÃO - SUBSTITUIÇÃO	1,5	1,5	-	-
14	BOMBA D'AGUA - SUBSTITUIR	3	3	3	3
15	BOMBA DE COMBUSTIVEL COMPLETA - SUBSTITUIR (SEM REMOVER O TANQUE)	2	2	-	-
16	BOMBA DA DIREÇÃO HIDRÁULICA - SUBSTITUIR	-	1	3	3
17	BOMBA INJETORA - REMOÇÃO E INSTALAÇÃO	-	-	2,5	2,5
18	BRAÇO AXIAL - SUBSTITUIR CONJUNTO	1	1	1	1
19	BRAÇO OSCILANTE DA SUSPENSÃO DIANTEIRA (LADO) - SUBSTITUIR	2	2	2	2
20	BRAÇO TENSOR DA SUSPENSÃO DIANTEIRA - SUBSTITUIR SUPORTE	1	1	1	1
21	BRAÇO TRANSVERSAL SUSPENSÃO TRASEIRA - SUBSTITUIR	1	1	1	1
22	BUCHA BRAÇO OSCILANTE DA SUSPENSÃO DIANTEIRA - SUBSTITUIR	1	1	1	1
23	BUCHA DO BRAÇO DE DIREÇÃO - SUBSTITUIR	1	1	1	1
24	BUZINA - SUBSTITUIR	0,3	0,3	0,3	0,3
25	CABEAMENTO DO ALTERNADOR E BATERIA - REVISÃO	1,5	1,5	1,5	1,5
26	CALÇO DO CÂMBIO - SUBSTITUIR	1	1	1,5	1,5
27	CARTER DO MOTOR - SUBSTITUIR JUNTA	3	3	3	3
28	CHAVE DE SETA (COM OU SEM AIRBAG) - SUBSTITUIR	1,5	1,5	1,5	1,5
29	CILINDRO DE IGNIÇÃO - SUBSTITUIR	1,5	1,5	1,5	1,5
30	CILINDRO MESTRE / CILINDRO RODA TRASEIRA - SUBSTITUIR	1	1	1,5	1,5
31	COIFA CAIXA DE DIREÇÃO - SUBSTITUIR (CADA)	-	1,2	1,2	1,2
32	COLUNA DE DIREÇÃO - SUBSTITUIR OU REVISAR	2,5	2,5	2,5	2,5
33	CORREIA DENTADA - SUBSTITUIR	5	4	6	-
34	CORREIAS MOTOR (POLY-V / DIREÇÃO HIDRÁULICA / ALTERNADOR - CADA) - SUBSTITUIR	1	1	1,5	1,5
35	COXIM CENTRAL - SUBSTITUIR	-	-	-	1,5
36	COXIM DO MOTOR ESQUERDO / DIREITO (CADA) - SUBSTITUIR	1	1	1	1
37	CRUZETA / CARDAN (SUBSTITUIR)	-	-	-	1,5
38	EMBREAGEM - SUBSTITUIR CONJUNTO COMPLETO	5	5	8	8
39	ESTABILIZADOR DIANTEIRO / TRASEIRO - SUBSTITUIR	1,2	1,2	1,2	1,2
40	FAROL - SUBSTITUIR (CADA)	0,5	0,5	1	1
41	FILTRO DE AR - SUBSTITUIÇÃO	0,25	0,25	0,3	0,3
42	FILTRO DE COMBUSTIVEL - SUBSTITUIÇÃO	0,15	0,15	0,4	0,4
43	FLUIDO DE FREIO - SUBSTITUIR	1	1	1	1
44	FREIOS - REVISÃO TOTAL	5	5	5	5
45	HIDROVÁCUO DE FREIO - SUBSTITUIR	1,2	1,2	1,5	1,5
46	HOMOCINÉTICA - SUBSTITUIR (CADA)	1,2	1,2	1,5	2,5
47	INTERRUPTOR: MARCHA RÉ / ÓLEO DO MOTOR / TEMPERATURA / FAROL - SUBSTITUIR	1	1	1	1
48	JUNTA DO CABEÇOTE - SUBSTITUIR	6	6	6	6
49	JUNTA DA TAMPA DE VÁLVULAS - SUBSTITUIR	1,5	1,5	1,5	1,5
50	LONA DE FREIO - SUBSTITUIR	2	2	2	2
51	MANGUEIRA INFERIOR / SUPERIOR DO RADIADOR - SUBSTITUIR	0,5	0,5	0,5	0,5
52	MOTOR DO LIMPADOR PÁRA-BRISAS - REVISÃO	1,5	1,5	1,5	1,5
53	MOTOR DE PARTIDA - REVISÃO	3	3	3	3
54	ÓLEO DO MOTOR + FILTRO DE ÓLEO (SUBSTITUIÇÃO)	0,4	0,4	0,4	0,4
55	ÓLEO DO CÂMBIO / CAIXA DE TRANSFERÊNCIA / DIFERENCIAL (CADA) - SUBSTITUIR	0,5	0,5	0,5	0,5
56	PAINEL DE INSTRUMENTOS - REVISÃO	1	1	1	1
57	PASTILHA DE FREIO - SUBSTITUIR	1	1	1	1
58	PINÇAS DE FREIO - REVISÃO / SUBSTITUIÇÃO (CADA)	1	1	1,5	1,5
59	PIVÔ DA SUSPENSÃO DIANTEIRA SUPERIOR / INFERIOR C/ REMOÇÃO DE BANDEJA - SUBSTITUIR (CADA)	1	1	1	1
60	POLIA TENSORA DE CORREIA DO MOTOR (CADA) - SUBSTITUIÇÃO	1,5	1,5	1,5	1,5
61	PNEUS - SUBSTITUIÇÃO E BALANCEAMENTO (CADA)	0,5	0,5	0,5	0,5
62	PNEUS - ALINHAMENTO	1	1	1,5	1,5
63	PNEUS - REPARO (CADA)	0,25	0,25	0,25	0,25
64	TERMINAL DE DIREÇÃO (CADA) - SUBSTITUIR	0,5	0,5	0,75	0,75
65	RADIADOR - SUBSTITUIR	2	2	2	2
66	REGULAGEM GERAL DO MOTOR	4	4	4	4
67	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA - SUBSTITUIR	1	1	1	1,5
68	ROLAMENTO RODA TRASEIRA - SUBSTITUIR	1	1	1	2
69	ROLAMENTO DO DIFERENCIAL - REVISAR / SUBSTITUIR	-	-	-	8
70	SOLENOÍDE (QUALQUER) - SUBSTITUIÇÃO	0,5	0,5	0,5	0,5
71	TANQUE DE COMBUSTIVEL - SUBSTITUIÇÃO / LIMPEZA COM REMOÇÃO	2	2	3	3
72	VALVULA TERMOSTÁTICA - SUBSTITUIÇÃO	1,5	1,5	1,5	1,5
73	VENTILADOR DO RADIADOR - SUBSTITUIÇÃO	1	1	1,5	1,5

74	VIDRO ELÉTRICO (CONJUNTO MÁQUINA E ACIONADOR) - REVISÃO / SUBSTITUIÇÃO (CADA)	1,5	1,5	1,5	1,5
----	---	-----	-----	-----	-----



Documento assinado eletronicamente por **Benedito de Araújo Sales, Técnico Judiciário**, em 03/04/2020, às 12:20 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **9965193** e o código CRC **8FCD9181**.